



# MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ÀS QUEIXAS ESCOLARES

Débora Lima Siqueira; Gisele de Rezende Franco e Paola Nogueira Lopes  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
São Paulo, 2021





## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução</b>	<b>2</b>
<b>2</b>	<b>Quem são os alunos retratados diante das queixas escolares?</b>	<b>4</b>
<b>3</b>	<b>Diferenciações e reflexões sobre as queixas escolares: dificuldade de aprendizagem ou de comportamento</b>	<b>7</b>
<b>4</b>	<b>Caminhos possíveis de intervenção psicológica</b>	<b>11</b>
<b>5</b>	<b>Para não concluir.....</b>	<b>14</b>
<b>6</b>	<b>Referências</b>	<b>16</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se verificado uma ampliação, com índices preocupantes, na demanda de atendimento infantojuvenil gerada pelas escolas e que chega às clínicas de Psicologia e a unidades de atendimento do sistema público de saúde (Dazzani et al., 2014).

Diante disso, Saraiva (2007) afirma que:

[...] a medicina (e demais ciências da saúde) vem desde seu início estendendo sua normatividade a praticamente todas as áreas da vida humana, da saúde à doença, colocando-se como capaz de resolver os problemas que afligem a vida e, ainda mais, apontando para um futuro em que esses problemas não mais existirão, graças à sua atuação. (SARAIVA, 2007, p. 73).

Contudo, compreendemos que a queixa escolar contém em sua base inúmeras situações, sentimentos, posturas, discursos e problemáticas pedagógicas, políticas e sociais que envolvem as múltiplas dimensões do contexto de vida do adolescente, tais como a família, os professores, colegas e a instituição escolar propriamente dita.

Por esta razão, diante da relevância de se refletir criticamente sobre caminhos alternativos de intervenção às queixas escolares que rompam com o modelo remediativo/biomédico de medicalização da educação, o qual vem sendo seguido por parte dos psicólogos por meio das avaliações psicométricas e confecção dos laudos, consideramos ser preciso pensar dialogicamente, a partir de um olhar de construção coletiva de práticas que instauram formas de viver no cotidiano escolar fomentadoras de um verdadeiro propósito ou sentido de pertencimento do jovem ao espaço escolar.

Assim, a partir desses apontamentos, esse texto pretende lançar um olhar crítico e ampliado sobre o processo de medicalização na educação. Através de revisão bibliográfica sobre o tema, buscaremos compreender como se dá o processo da construção das queixas escolares e sinalizar caminhos possíveis de intervenção, envolvendo ações coordenadas em nível contextual/ambiental e individual, e interconectando o que já foi escrito sobre o tema



com a perspectiva de atuação aos princípios e fundamentos da Orientação a Queixa Escolar (OQE).



## 2. QUEM SÃO OS ALUNOS RETRATADOS DIANTE DAS QUEIXAS ESCOLARES?

Em consonância com a psicologia histórico-cultural, base teórica fundamentada neste artigo, partimos da defesa de que realmente existe a necessidade de conhecer o homem como ser histórico e social. Nessa direção, almeja-se ainda a defesa de um movimento de despatologização da infância e adolescência, compreendendo a criança e o adolecente enquanto sujeito constituído no e pelo social.

Considerando que esses grupos passam boa parte de seu tempo nas escolas, nota-se que é nesse ambiente que o atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais da criança e do adolecente emergem e é a partir delas que muitos dos atendimentos e encaminhamentos são realizados. Os quais, muitas das vezes, são dirigidos aos órgãos do aparato judicial, como a polícia e/ou o Conselho Tutelar, solicitando ajuda e providências, o que intensifica a vulnerabilidade entre esses alunos, e vem a ser denominado, segundo Lima, Prado e Souza (2014) de judicialização da Educação. Ou seja, em algumas situações, nem mesmo a família e/ou responsável validam uma escuta ativa do da criança ou adolescente diante da situação ou contexto relatado, o que denota que ambos os contextos - escolar e familiar - acabam não fomentando oportunidades para que esse grupo experiencie e amplie seu repertório como sujeitos de aprendizagem/conhecimento.

Logo, há de se reconhecer que ao longo dos séculos, a função social da escola tem estado à mercê de responder às necessidades de cada época. Considerando que o objeto de atividade dessa instituição criada e reconhecida pela sociedade é a educação, faz-se pertinente ponderar que a educação se torna um ato de inscrição do sujeito na sociedade e na cultura, por meio da transmissão de conhecimentos, assimilação de valores, experiências e demais elementos culturais que tecem a vida social.

Na atualidade, onde o sistema capitalista está instaurado, predomina a educação de caráter racional-legal, na qual a burocracia assume sua maior expressão, necessitando, então,



de indivíduos especializados e profissionalmente informados como cita Bremberger (2010). O que revela um contrassenso ao verdadeiro papel social da escola, que deveria propor intervenções educacionais também promotoras da saúde infantojuvenil. Ainda que aconteçam discussões sobre o desenvolvimento integral versus a formação do especialista, nas sociedades capitalistas, é fato notório que o modelo educacional brasileiro foi concebido sob a plataforma de uma educação de domínio racional e burocrático.

Segundo Bremberger (2010), as metas gerais da escola envolvem as seguintes atividades, a saber: busca do conhecimento, desenvolvimento das habilidades sociais, comunicação, condutas pró-sociais, relações afetivas, formação da identidade pessoal, promoção da autonomia, dentre outras. São propostas a se desenvolver por meio do currículo formal que consiste da transmissão do saber científico, da educação individual ou coletiva, do grau de estruturação do ensino, dos métodos, dos níveis de atividade, assim como via currículo informal que corresponde à influência dos professores, dos pares, a forma e a qualidade das relações, o clima sócio afetivo da classe e da escola.

Tais experiências, vivências e ações derivadas do ambiente escolar geram um grande impacto no desenvolvimento da criança e do adolescente, no âmbito biopsicossocial. Logo, a escola enquanto uma instituição relacionada à constituição da subjetividade social do indivíduo acaba sendo uma instância promotora tanto de saúde pedagógica, quanto de saúde social e saúde psicológica. Nesse sentido, ainda é relevante atentar-se para o fato de que a presença da escola na vida do aluno não se sobrepõe à presença e participação da família, são instâncias distintas, porém com papéis sociais complementares.

De forma isolada, a escola tem sido retratada como um espaço que beira ao caos, relações de atritos, violência, desrespeito, fracasso, adoecimento, atos criminosos extremos como vandalismo, roubo, briga, depredação, extorsão dentre outros. São as chamadas “violências simbólicas, verbais, morais, psicológicas” praticadas pelas instâncias e agentes que lá se encontram sejam de forma direta, indireta. Deste modo, como ressaltam Bremberger (2010), e Moreira e Coutinho (2018) ocorrem atos de violência que se manifestam via diretores com pouca versatilidade e habilidade de mediação, professores autoritários e dotados de poucos saberes docentes, jovens professores descrentes, professores mais velhos desanimados, conteúdos curriculares descontextualizados, práticas disciplinares distintas,



estruturas funcionais e relacionais precárias, enfim fatos denominados como violência do ensino.

Com isso, o discurso médico-científico expandiu consideravelmente, o que legitima e promove os avanços da medicalização como forma majoritária de intervenção terapêutica em nossa sociedade. Esse modo de tratar toda e qualquer manifestação de sofrimento psíquico articula-se à produção de discursos e práticas normatizantes, que orientam pais e educadores, disseminando modelos e ideais educativos no cuidado com as crianças e adolescentes. Para Moreira e Coutinho (2018), no contexto onde classificação diagnóstica e medicamentos são as principais respostas frente ao sofrimento psíquico, o sujeito é cada vez menos convocado a pensar sobre a lógica de suas manifestações sintomáticas, perdendo a possibilidade de implicar-se a si mesmo na investigação e no tratamento de seus próprios impasses.

Como é dito por Coutinho (2018) “...por outro lado, o discurso medicalizante, esvazia também a responsabilidade dos diversos atores sociais (escola, família, comunidade) como importantes interlocutores na construção desse discurso próprio pelo adolescente”, e poderíamos nos referir aqui também a crianças. Assim, acredita-se ser importante compreender quais os indicadores de proteção e/ou fatores potencializadores que auxiliam na escolarização, no desenvolvimento pleno e na emancipação desses estudantes.



### **3 DIFERENCIAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE AS QUEIXAS ESCOLARES: DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM OU DE COMPORTAMENTO?**

A naturalização dos padrões de comportamento, levando à crença generalizada de que se deve agir segundo determinados moldes, é fundante da submissão, do não questionamento, da docilização de corpos e mentes, tão cara e necessária à manutenção da ordem vigente, em todos os tempos (Moysés & Collares, 2020). O comportamento humano não é biologicamente determinado, mas tramado no tempo e nos espaços geográficos, sociais e histórico, ou seja, o ser humano é essencialmente cultural; entretecido em um substrato biológico, sim, porém datado e situado, como diria o educador Paulo Freire.

Nesse sentido, um dos principais argumentos difundidos para justificar o beligerante sistema neoliberal contra o pensamento crítico que reafirma que a única sociedade capaz de assegurar a liberdade humana é o capitalismo, sendo as relações de trabalho e mercado as mais favoráveis à satisfação das necessidades das pessoas. Nessa lógica, na/para manutenção do capitalismo, as dificuldades escolares são compreendidas por grande parte dos profissionais de educação como sendo/tendo caráter individual, ou seja, busca-se no corpo as explicações para tal fenômeno, compreendendo o “não-aprender” como decorrente de processos orgânicos, desconsiderando os condicionantes históricos e culturais que permeiam o sujeito.

Ao constatar que o desempenho dos estudantes não corresponde ao esperado, o professor/escola encaminha o estudante para atendimento na área da saúde. Cabe então considerar que a escola tem sido espaço de triagens e diagnósticos e os encaminhamentos são realizados quando acreditam que já foi tentado de “tudo” com o estudante. Assim nos registros da escola para área da saúde, no campo destinado à descrição das situações apresentadas, pouco ou nada se é relatado relativo às condutas pedagógicas e metodológicas desenvolvidas. As medidas tomadas são “frequentes conversas com o estudante, a família, advertência oral e escrita, encaminhamento ao psicólogo” (Zibetti et al., 2010, p. 501).



Corroborando com o contexto acima, em pesquisa realizada em cinco clínicas-escola de prestação de serviços de atendimento psicológico em cursos de graduação em Psicologia na cidade de São Paulo, Souza (2005, p. 86), constatou que nos estágios da área clínica, a queixa escolar é atendida como um caso clínico, individual, cujas causas são buscadas a partir de hipóteses centradas em problemas familiares e individuais.

Nessa perspectiva, as queixas escolares são por vezes encaminhadas pelas dificuldades na aprendizagem ou no comportamento ou em ambas. O que ou quem as define? Que ações pedagógicas são executadas ou mesmo refletidas? Existe separação entre essas queixas escolares? Comportamento e aprendizagem são observados como instâncias separadas? São encaminhadas da mesma forma? Com os mesmos critérios? Estes são alguns questionamentos que julgamos pertinentes para iniciar o processo de apropriação da queixa e de sua natureza, relevantes para o psicólogo escolar.

Para responder a essas questões é necessário considerar a educação em sua estreita relação com a sociedade no desenvolvimento de processos históricos, sendo espaço de contradições e paradoxos. Dessa forma é necessário problematizar as discussões sobre as queixas escolares e o atendimento aos adolescentes, sujeitos estes que são constituídos no e pelo social, em um ambiente que tende a (re) produzir fracassos e sofrimento.

Machado (2010) analisa que o funcionamento que culpabiliza o indivíduo reverte a solução para um sistema de controle que envolve a medicalização, assim, o que temos é a inversão de situações que deveriam ser avaliadas no social, mas que são direcionadas e atribuídas a questões médicas e individuais. Os encaminhamentos refletem esta demanda significativa por parte da escola de buscar estratégias, alternativas e/ou apoio para as dificuldades de escolarização fora do seu próprio âmbito, partindo da suposição de que a ocorrência das dificuldades é causada por questões de cunho individual e deve ser investigada.

Dessa forma, comportamento e aprendizagem não devem ser vistos e compreendidos como instâncias separadas, porém o que se observa que, nos encaminhamentos realizados pela escola, os relatos são feitos se referindo às dificuldades de aprendizagem como questões do comportamento das crianças e adolescentes: “ele está muito desatento”, “está muito desinteressado”, “só dorme nas aula”, e muitas vezes por desconhecerem as singularidades



desses jovens, tentam ajustá-los a se adaptar a comportamentos esperados para estarem aptos para aprender.

Fator importante e significativo é em relação ao comportamento familiar, ou dos responsáveis, por perceberem o corpo já crescido ou está em processo de desenvolvimento, acreditam que não precisam de acompanhamento e nem de suporte com suas atividades inclusive as acadêmicas, muitas vezes negligenciando, não reconhecendo ou mesmo sabotando, dessa forma não validando comportamentos e expressões.

Sendo assim, a crescente dificuldade de lidar com os esses grupos por parte das famílias e das escolas parece proporcionar grande abertura para a prevalência do discurso médico no diagnóstico do mal-estar que o estudante pode causar e/ou apresentar na escola. Conforme Kamers (2013), a promessa de um medicamento certo para cada situação se oferece como tentativa de apagamento da condição pulsional do adolescente.

Na busca de homogeneizar, silenciar conflitos, abafar comportamentos, os estudantes são caracterizados e rotulados como um caminho para diagnósticos que justifiquem o comportamento ali apresentado, destituídos e desconsiderados de suas subjetividades e de suas condições de sujeito histórico-cultural.

Profissionais da área da saúde e da educação têm apontado que, nesse deslocamento dos problemas do âmbito da educação para o da saúde, o processo de ensino e de aprendizagem e o amplo espectro de fatores envolvidos são relegados a segundo plano, conforme afirmam Moysés e Collares.

Transformam um problema eminentemente pedagógico, social, em um problema médico, biológico. Deslocam o eixo da discussão do coletivo para o individual. O problema do fracasso escolar se explica, se legitima pelas doenças encontradas nas crianças. É este processo que se tem chamado de medicalização na educação. (MOYSÉS & COLLARES, 1997, p. 97).

Pode-se dizer, à guisa de síntese, que comportamentos esperados por parte dos atores educacionais em relação ao processo de aprendizagem dos estudantes, necessita de um olhar na perspectiva das relações e das potências, considerando a aprendizagem como um processo relacional situado não dentro do indivíduo, mas no envolvimento significativo de uma pessoa através da participação e transformação em atividades e práticas socialmente organizadas.



Nessa direção, a psicologia a luz das concepções e princípios técnicos da abordagem orientação à queixa escolar (OQE), entende que os processos de aprendizagens são medicalizados quando questões não-médicas são tomadas e transformadas em problemas biológicos e centrados no indivíduo, dessa maneira desconsiderando o olhar para a natureza e gênese da mesma. A escola como sistema multifacetado e multideterminado, mostra-se despreparada, segregando, influenciando familiares e responsáveis para encaminhamentos muitas vezes descabidos e com pouca ou nenhuma análise crítica para compreender as relações escolares geradoras das queixas.



## 4 CAMINHOS POSSÍVEIS DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA

A psicologia, em muitos casos, tem se colocado à disposição para atender as demandas da Educação, restringindo a sua função em fornecer laudos e testes. Dessa forma renunciando de sua autonomia enquanto ciência que pode ir além, desvelar as superficialidades e individualizações trazidas nos discursos da escola e na perspectiva médica, saindo de concepções simplistas e muitas vezes estereotipadas. Profissionais que não possuem uma formação crítica reforçam o “diagnóstico” da existência de uma doença.

Angelucci (2007) reflete sobre o fato de apesar de a instituição escolar perceber que algo vai mal, muitas vezes ela não se dá conta da complexidade do fenômeno. Para a autora o primeiro objetivo dos psicólogos que se dedicam ao enfrentamento dessa questão, deveria ser compreender a situação na companhia dos atores que a constituem, lançando o olhar as múltiplas visões sobre o fenômeno que podem coexistir no ambiente escolar.

No propósito de desmistificar a premissa de que a culpa é do estudante pelo não-aprender e redirecionar a forma de olhar para esse processo, concordamos com Machado e Souza (1997) ao defender uma atuação que procura envolver todos aqueles que estão à volta do adolescente no processo educativo, mas poderíamos ampliar para todas as faixas etárias. Dessa forma, promove-se formas de conhecer a escola, suas metodologias e corpo docente, verificar como a escola entende os problemas/dificuldades do estudante, obter informações sobre o contexto da sala de aula, obter dados sobre a história escolar, ou seja, ampliar as informações referentes à queixa envolvendo os professores, pais/ou responsáveis e toda equipe escolar possível.

Dessa forma, possibilita-se um processo de intervenção na perspectiva da OQE, ou seja, essa abordagem visa se apropriar que sujeitos são esses, onde estão inseridos, qual(is) contextos e condicionantes tem em relação ao processo educativo, qual sua trajetória escolar.



Assim, o foco da análise passa a ser as diferentes relações e práticas que produziram a queixa em relação ao aluno, provocando uma movimentação da rede e de relações na qual a queixa emerge no sentido de sua superação. Tal rede tem como personagens principais, via de regra, o adolescente, sua escola e sua família.

Nessa perspectiva, o objeto de investigação-intervenção da OQE é a referida rede e como as relações entre seus participantes se desenvolveram e se desenvolvem. Alguns princípios técnicos são: obter e problematizar as versões de cada participante, promover a circulação das informações pertinentes e identificar, mobilizar e fortalecer as potências contidas nessa rede.

Também sob a perspectiva da OQE, Angelucci (2007) apresenta no livro que traz as bases dessa prática, sobre a importância da atuação do psicólogo na construção de um ambiente propício e saudável para que o processo educacional possa ser conduzido:

“Ao ter considerado direito a voz e à decisão, na companhia de um psicólogo que possa propiciar esse espaço de discussão e criação, a criança ou o jovem, seus pais e educadores podem encontrar novas possibilidades diante da situação que vienciam, trata-se, portanto, de intervir de modo a possibilitar uma situação horizontal de comunicação, que respeita os diferentes saberes e experiências, comprometendo-se com a ruptura dos constantes processos de hierarquização dos sujeitos envolvidos.” (ANGELUCCI, 2007, p. 356).

O processo de medicalização na escola, também tem sido pauta de estudos e análises dos psicólogos que têm utilizado a OQE como prática de intervenção em contextos educacionais. Saraiva (2007) aponta para a necessidade de instituímos olhares e práticas transformadores que tornem possível o questionamento do que podemos nomear como a psicopatologização de problemas políticos e sociais, através da construção de um trabalho participativo, onde possa acontecer a circulação e troca de saberes e desenvolvem-se ações coletivas e desnaturalizadoras.

Diante desses contextos de naturalização de aspectos sociais enquanto problemas individuais, Saraiva (2007, p. 65/66) atenta para o fato de que todo o potencial daquele jovem passa a ser desconsiderado: “O indivíduo passa a ser considerado todo doente. E será sobre essa totalização negativa que proporá e confirmará a exclusão social e a necessidade de tratamentos e orientações das mais diversas ordens.” Nesse quadro o psicólogo surge como



um mediador que colabora com os atores educacionais a recuperarem a capacidade perdida de reflexão de onde emergem as queixas escolares. Cabe ressaltar que o psicólogo deve realizar investigações sérias, pautadas na ética e desprovida de concepções simplistas e estereotipadas.



## 5 PARA NÃO CONCLUIR.....

“ Quando a sociedade é inquestionada, o problema é seu”

Maria Helena Souza Patto

O principal desafio de romper com a lógica da medicalização advém de romper com a naturalização, patologização e individualização, onde são desconsiderados contextos sociais e históricos das questões sobre o “não-aprender” dos adolescentes.

Em concordância ao que foi exposto por Saraiva (2007) afirmando que “Naturalizar significa tornar natural o que é social e tornar individual o que é coletivo, ocultando determinantes culturais, políticos, econômicos, sociais, de gênero... utilizando-se, dentre outros, do eficiente recurso da aparência de conhecimentos científicos” defende-se, então que a naturalização da maneira como a sociedade se estrutura, desconsiderando contextos sociais e históricos em que as discussões sobre medicalização da educação e da sociedade sobre o não-aprender se inserem, têm e vêm causando muito sofrimento, tensões e desgastes na vida de tantos adolescentes nos diferentes contextos educacionais nos quais estão inseridos.

A perspectiva de compreensão que a escola tem sobre a queixa escolar, como sendo exclusivamente composta de fatores biológicos e/ou psicológicos dos estudantes, revelam uma visão e análise fragmentada e reducionista da complexidade e multifatorialidade do processo educativo. Muitas vezes os estudantes com queixas escolares são taxados como aqueles que fogem dos padrões impostos e esperados, e estes fatores descritos são reforçados, ainda que já haja esforços pontuais na contemporaneidade para modificar essas estruturas.

Desse modo, é imprescindível que o psicólogo problematize a lógica vigente, rompendo com a naturalização dos fenômenos humanos e sociais, que impõe padrões de competência, resultado e eficiência e desloca questões coletivas para a individualização dos sujeitos.

Acessar a multiplicidade dos sentidos da infância adolescência é premissa básica para fortalecer as práticas do psicólogo educacional e escolar, com vistas a romper com a visão



individualizante e medicadicalizante que impera, ou seja, para que a ruptura da medicalização na escola aconteça é fundamental inverter a ordem dos fatores e considerar as manifestações e expressões dos estudantes e da Rede. Dessa forma, é necessário problematizar junto aos atores educacionais, as condições concretas da realidade social e histórica, assim favorecendo a construção de relações horizontais, respeitando as singularidades, ouvindo versões e permitindo a circulação de discursos necessários para potencializar as singularidades e integralidades dos estudantes.



## 6 REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, C. B. *Por uma clínica da queixa escolar que não reproduza a lógica patologizante*. in: Souza, B.P. (org). Orientação à queixa escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BREMBERGER, M. **Queixas escolares: que educação é essa que adoce?** Revista de Educação, 13(15), 127-139, 2010.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar: Ensino e medicalização** (2.<sup>a</sup> ed.), 2015. Disponível em: <[https://www.amazon.com.br/Preconceitos-cotidiano-escolar-ensinomedicalização-ebook/dp/B01GPAIKCS?mk\\_pt\\_BR=ÂMĂŽŃ&keywords=preconceitos+no+cotidiano+ escolar & qid =1535662229&sr=1-1-fknull&ref=sr\\_1\\_fknull\\_1](https://www.amazon.com.br/Preconceitos-cotidiano-escolar-ensinomedicalização-ebook/dp/B01GPAIKCS?mk_pt_BR=ÂMĂŽŃ&keywords=preconceitos+no+cotidiano+ escolar & qid =1535662229&sr=1-1-fknull&ref=sr_1_fknull_1)>. Acesso em: 02 nov. 2021.

DAZZANI, M. V. M. et al. **Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional**. Psicologia Escolar e Educacional, 2014, 18(3), 421-428. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183762>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

KAMERS, M. **A fabricação da loucura na infância: Psiquiatrização do discurso e medicalização da criança**. Estilos da Clínica, 18(1), 153-165, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext)> > Acesso em 02 nov. 2021.

LIMA, C. P.; PRADO, M. B. e S.; SOUZA, B. P. **Orientação quanto à queixa escolar relativa a adolescentes: especificidades**. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 2014, 18 (1), 67-75. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100007>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

MACHADO, A. M. **Formas de pensar e agir nos acontecimentos escolares: criando brechas com a psicologia**. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. A.



(Org.). *Exclusão dos Incluídos: Uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos*. 1. ed. Maringá: Eduem. p. 61-90, 2010.

MACHADO, A. M. e SOUZA, M. P. R.. **As crianças excluídas da escola: um alerta para a psicologia**. In: Machado, A. M. e Souza, M. P. E. (Orgs.) *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MOREIRA, A. S.; COUTINHO, L. G.. **Efeitos da medicalização na travessia adolescente**. *Rev. psicol. (Fortaleza, Online)* ; 9(1): 53-63, jan.-jun 2018. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-878136>>. Acesso em: 07 nov 2021.

MOYSÉS, Maria. Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília. Azevedo. Lima. **Novos modos de vigiar, novos modos de punir: A patologização da vida**. *Educação, Sociedade E Culturas*, (57), 31–44, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.34626/esc.vi57.11>>. Acesso em 03 nov 2021.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

SARAIVA, L.F.O. **Olhares em foco: tensionando silenciamentos**. in: Souza, B.P. (org) **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SOUZA, M. P. R. **Prontuários revelando os bastidores do atendimento psicológico à queixa escolar**. *Estilos da clínica*. v. X, n. 18, p. 82-107, 2005. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282005000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282005000100008)> . Acesso em: 5 nov 2021.

ZIBETTI, M. L. T; SOUZA, F. L. F; QUEIRÓZ, K. J. M. **Quando a escola recorre à psicologia: mecanismos de produção, encaminhamento e atendimento à queixa na alfabetização**. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 2010, 490-506. Disponível em <<https://doi.org/10.12957/epp.2010.8979>> Acesso em 05 nov 2021.

